



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
PL Nº 17/2023

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores.

Ao cumprimentá-la cordialmente, enviamos a Vossa Excelência, para apreciação deste Nobre Colegiado, o Projeto de Lei nº 017/2023, que autoriza o Poder Executivo a contratar recursos humanos, em caráter excepcional e por tempo determinado, para prestação de serviço na administração pública.

As contratações de que trata o presente Projeto de Lei se fazem necessárias para suprir vagas na Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Trânsito e Serviços Urbanos - SMOTTSU, visto a aproximação do término dos contratos ora vigentes, assim como para preencher vagas abertas por exonerações.

Sabendo da importância dos serviços prestados por estes profissionais e a necessidade de mantê-los sempre da melhor maneira possível é que conto com os senhores vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Balneário Pinhal, 16 de março de 2022.


Marcia Rosane Tedesco de Oliveira
Prefeita do Balneário Pinhal

A Sua Excelência o Senhor
RENI DA SILVA
Presidente da Câmara de Vereadores
Balneário Pinhal – RS



Recebi em 23/03/23
Clara Severo
Legislativo Balneário Pinhal



PROJETO DE LEI Nº. 17 DE 16 DE MARÇO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR RECURSOS HUMANOS, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR TEMPO DETERMINADO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal por tempo determinado, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, a seguinte categoria funcional:

- I – Motorista – até 07 (sete) profissionais;
- II – Operador de Máquina – até 07 (sete) profissionais.

Art. 2º As contratações de que trata o artigo 1º deverão preencher todos os requisitos e atribuições dispostas na Lei nº 1.111/2013 e alterações, devendo priorizar, se houver, lista de espera de Concurso Público.

Art. 3º As contratações de que trata essa Lei, serão regidas pelo Regime Jurídico dos Servidores Municipais, no que couber, e as remunerações acompanharão as estabelecidas na Lei nº 1.111/2013, com as respectivas reposições e aumentos.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Pinhal, 16 de março de 2023.


Marcia Rosane Tedesco de Oliveira
Prefeita do Balneário Pinhal

